

Trajetória e Tensionamentos da Área de Comunicação sob a Ótica Acadêmico-Profissional: Orientações Curriculares, Formação Superior e Mundo do Trabalho¹

Juliane MARTINS²

Universidade de São Paulo, São Paulo, SP

RESUMO

Este artigo apresenta a trajetória da constituição do ensino na área de Comunicação no Brasil, a partir do estabelecimento das profissões relacionadas ao campo, que levaram à necessidade de formação superior. Com base em pesquisas bibliográfica e documental, o objetivo do trabalho é contribuir para a reflexão sobre o ensino em Comunicação. Ao longo do tempo, o estatuto das profissões da área no mundo do trabalho dimensionou a formação acadêmica, o que vem sendo reforçado pelas recentes diretrizes curriculares, utilizadas como referência na elaboração dos projetos pedagógicos dos cursos em Comunicação.

PALAVRAS-CHAVE: diretrizes curriculares; projeto pedagógico de curso; ensino de Comunicação; formação profissional.

Recentemente, a questão da formação superior na área de Comunicação tem sofrido mudanças. De uma perspectiva integradora do curso de Comunicação Social, passou-se a uma autonomia dos cursos por áreas profissionais, como em Jornalismo e Relações Públicas, para citar os que tiveram implantadas diretrizes curriculares em 2013, apesar de ambos os documentos explicitarem a manutenção do vínculo com o campo da Comunicação³ (MEC, 2013b, 2013c).

Esse cenário engendra reflexões sobre como as diretrizes têm mobilizado professores dos cursos da área nas discussões acerca da reformulação dos projetos

¹ Trabalho apresentado na DT 6 – Interfaces Comunicacionais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 20 a 22 de junho de 2019.

² Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP), mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), especialista em Comunicación Científica pela Universitat Pompeu Fabra (Barcelona-Espanha), bacharel em Comunicação Social – Jornalismo pela PUCPR e em Letras – Português pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora do curso de Comunicação Institucional da UFPR. E-mail: julianemartins@usp.br

³ Tal relação foi reforçada no final do ano passado com um manifesto da Federação Brasileira das Associações Científicas e Acadêmicas de Comunicação (Socicom) e suas filiadas (representantes dos diversos campos da Comunicação) ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação (MEC), contra a classificação de cursos de graduação, a Cine Brasil 2018 (Classificação Internacional Normalizada da Educação). Foram questionadas a substituição da Comunicação por Jornalismo e Informação e a migração de Publicidade e Propaganda e de Relações Públicas para Negócios e Marketing. Também houve uma audiência em Brasília entre os representantes e o Inep para discutir nova proposta de classificação à área (INTERCOM, 2018). Em resumo, a Socicom (2018) solicita a troca do termo Jornalismo por Comunicação e que os demais cursos se integrem à mesma área relacionada. De acordo com o Inep (2018), a Cine Brasil adotou como metodologia a International Standard Classification of Education (ISCED) de 2013, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), com o objetivo de subsidiar levantamentos estatísticos, comparações educacionais entre países e avaliação da educação superior.

pedagógicos dos cursos (PPCs), que são forjados tendo os documentos elaborados pelas comissões de especialistas instituídas pelo MEC como referência. As diretrizes permitem a escolha dos conteúdos de acordo com o perfil do egresso pretendido, inclusive para atender demandas locais ou regionais, a duração do curso e orienta sobre as atividades formativas complementares.

Em vista disso, este artigo discute a trajetória sobre a formação superior na área de Comunicação, tendo por base pesquisas bibliográfica e documental a partir de estudiosos do campo e de documentos do MEC, que fundamentaram as transformações nesse âmbito desde a década de 1960. O objetivo é contribuir para a reflexão sobre o ensino de Comunicação.

A estrutura do texto corresponde à constituição da área acadêmica pela emergência de cursos ligados às profissões, ao ensino de Comunicação como linha investigativa no campo e às questões contemporâneas derivadas dessas discussões.

CONSTITUIÇÃO DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO: DE PROFISSÕES A CURSOS

O desenvolvimento acadêmico da área de Comunicação teve início com o ensino formal nos anos 1940, com o curso de graduação em Jornalismo. Na década seguinte, os de Cinema e de Publicidade e Propaganda (MELO, 2007) e, em 1967, foram implantados os primeiros cursos de Rádio e Televisão (PRATA, 2015) e de Relações Públicas (KUNSCH, 2015). A partir da década de 1970, surgiram os programas pioneiros de pós-graduação em Comunicação (LOPES, 2006).

Segundo Melo (1992), o ensino de Comunicação começou tarde no Brasil, tendo como base o Jornalismo. Ele comentou que foi de 30 anos a defasagem entre o aparecimento da primeira proposta para o funcionamento de uma escola de Jornalismo (em 1918, no Congresso Brasileiro de Jornalistas, no Rio de Janeiro) e a implementação da ideia em 1947 com a instalação de duas escolas precursoras: a da Cásper Líbero, vinculada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, e a da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, hoje Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

A demora na instalação dos cursos de Jornalismo se deu pela incipiência do mercado de trabalho de Comunicação no país no início do século 20, como explicou Melo (1992), para quem existia a relação de dependência entre o ensino e as demandas do sistema produtivo na área. O autor lembrou que, apesar da proposta do congresso de

jornalistas em 1918, não havia empresas capazes de absorver egressos de Jornalismo, o que aconteceu de fato quando a área adquiriu a característica empresarial em vista da expansão da Comunicação de massa na década de 1940.

Nesse período, a Cásper Líbero criou a escola junto as suas empresas para ter mão de obra qualificada em seus veículos de comunicação. Antes desse advento, a preparação para a área de Comunicação ocorria fora da universidade, como no caso de Jornalismo (MELO, 1992) e de Relações Públicas (FERRARI, 2011).

A educação superior na área veio pela pressão dos próprios profissionais. Melo (1992, p. 61) escreveu que “[...]. A reserva de mercado para o exercício profissional se dá com a participação da universidade. De um modo geral, são profissões que não têm, ainda, legitimidade. Elas buscam legitimação através da universidade. [...]”.

O autor dividiu o ensino de Comunicação em três períodos: dos anos 1950 a 1964, com a marca da hegemonia europeia; dos anos 1960 aos anos 1970, de hegemonia norte-americana; e a partir dos anos 1980 pela hegemonia latino-americana (MELO, 1992).

No primeiro momento, as escolas superiores de São Paulo e do Rio de Janeiro se inspiraram em instituições da Europa, que influenciava a educação superior nacional. O segundo período trouxe a inovação da Universidade de Brasília com a Faculdade de Comunicação, tendo por guia a School of Mass Communication da Universidade de Stanford, estruturando-se em quatro escolas: de Cinema, de Jornalismo, de Publicidade e de Rádio e Televisão (MELO, 1992).

Tal modelo foi a base para a criação, em 1966, da Escola de Comunicações Culturais da USP, que iniciou com os cursos de Cinema, Jornalismo, Rádio e Televisão, Relações Públicas e Teatro. O modelo norte-americano igualmente inspirou a Faculdade dos Meios de Comunicação (Famecos), da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e da Universidade Católica de Pernambuco, com diferença de esta se voltar às necessidades regionais (MELO, 1992).

A hegemonia latino-americana começou com a influência do Centro Internacional de Estudos Superiores de Periodismo para a América Latina (Ciespal), órgão criado pela Unesco, na cidade de Quito (Equador), ao final dos anos 1950, e que trouxe a figura do “comunicador polivalente”. Segundo Meditsch (1992), o profissional polivalente poderia atuar em qualquer meio de comunicação. A ideia era facilitar a mobilidade no continente.

Apesar da tentativa de incorporar a figura do comunicador polivalente, de acordo com Meditsch (1992) e Melo (1992), ela não foi absorvida no Brasil, que acabou

por instituir as habilitações profissionais já legitimadas pelo mercado de trabalho: Cinema, Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Relações Públicas. No entanto, a ideia do comunicador polivalente esteve presente no estabelecimento do ciclo básico de formação humanística e científica para as diferentes atividades profissionais.

Melo (1992) identificou naquele período uma crise no ensino, assim como em outros segmentos da universidade, entendida pelo distanciamento das escolas de Comunicação em relação às demandas sociais, em especial com as empresas do setor da indústria cultural, que eram “demonizadas”. Para o autor, uma contradição, porque as pessoas iam trabalhar nelas. Isso levou a uma pressão do sistema produtivo por fechar os cursos de Comunicação, o que traduz

[...] o conflito e a tensão entre o ensino de comunicação, o empresariado e o sistema produtivo. E, por outro lado, traduz a falta de diálogo.

[...] Nós temos de interagir com as empresas de comunicação, com a indústria cultural mais avançada, a indústria de ponta, com as empresas de natureza média e, também, com aquelas atividades que ocorrem nos movimentos sociais, porque eles configuram espaços de atuação dos recursos humanos que nós formamos. (MELO, 1992, p. 65-66)

Então, no período inicial, a implantação dos cursos foi fruto da mobilização de entidades profissionais e acadêmicas, conforme Melo (2007). Depois, por pressão de veículos de mídia, o MEC chegou a ter um projeto para transformar os cursos de graduação em pós-graduação, permitindo que profissionais de outras áreas tivessem formação para atuar na área de Comunicação, explica o autor.

A partir da década de 1990, tal resistência do mercado às profissões de Comunicação regulamentadas se acirrou, a exemplo do Parlamento Nacional de Relações Públicas, com a possibilidade de permitir que profissionais de outras áreas do conhecimento, desde que trabalhando como relações-públicas, pudessem obter registro profissional, o que não se concretizou (ZAPATA, 1998). Já no caso do Jornalismo, atualmente o diploma não é obrigatório para atuar como jornalista (ZUCOLOTO, 2017).

Assim, como afirma Fernandez (2010), há uma relação próxima entre a formação superior e a atuação no mundo do trabalho no Brasil, derivada da tradição educacional do país de vincular o diploma como forma de acesso à profissão⁴, apesar dessa não ser mais a realidade prescrita na legislação nacional (MEC, 2013a).

⁴ No caso da área de Comunicação, hoje somente os relações-públicas devem apresentar diploma do curso homônimo em decorrência da obrigatoriedade do registro profissional.

A diversidade de cada profissão vinculada à área de Comunicação tem influências regionais, pela oferta de vagas, salário, cargos ocupados, atividades realizadas e também a denominação da função relacionada, escreve Fernandez (2010). Ressalta-se que, além disso, com exceção de Relações Públicas, egressos de outros cursos superiores podem atuar profissionalmente na área, caso dos profissionais de Design⁵. Fernandez (2010, p. 65) comenta que:

[...] As profissões tradicionais da área da Comunicação e as ocupações emergentes, possuem uma característica de agrupamento que abarca, de forma difusa, profissionais oriundos de campos do conhecimento distintos, como, por exemplo, egressos de Artes, Design ou Computação. São formações díspares, que empregam seus saberes também no campo de atuação profissional da Comunicação Social. Muitas vezes o perfil profissional é embasado pelo fazer prático e não pelo que aprendeu nos bancos escolares.

[...] Cita-se como exemplo a atuação de Administradores e profissionais do Marketing, trabalhando em funções de Relações Públicas [...].

Nessa direção, como lembra Oliveira (2008), uma carreira não é vista mais para uma vida inteira. Atualmente, as pessoas transitam de um trabalho a outro, o que exige adaptação pela demanda do mundo do trabalho. A autora coloca na formação a marca da incerteza e insegurança, pois

[...] não existem mais identidades profissionais fixas, uma vez que vão tomando formas diferenciadas, de acordo com as transformações que ocorrem. Várias funções profissionais desapareceram do mundo do trabalho, outras novas surgiram e outras demandas estão aparecendo, o que vem demonstrar a existência de metamorfoses profissionais. (OLIVEIRA, 2008, p. 60)

Fernandez (2010) reconhece que um aspecto similar entre os profissionais que atuam na área de Comunicação são as atividades que envolvem a tecnologia. Tal relação, segundo a autora, nem é tão recente, porque já vem desde os anos 1940, entretanto, hoje vê uma dependência da tecnologia para a atuação profissional em Comunicação. Isso também amplia o espaço do campo para áreas emergentes, bastante aproximadas à Comunicação, como marketing digital, webdesigner, produção de conteúdo, consultoria em business intelligence (BI)/analista de dados, especialista em SEO (search engine optimization) e gestão de redes sociais.

Além da vinculação com a tecnologia, para Gobbi (2010), a área de Comunicação pode ser compreendida também a partir de duas subáreas: as consolidadas

⁵ Schmidt e Kulak (2018, p. 65) explicam que, inclusive, “Na prática profissional, as fronteiras entre design gráfico e comunicação estão cada vez mais diluídas. Profissionais de comunicação social com frequência compartilham projetos e funções com designers gráficos, tanto nas agências e veículos de comunicação, quanto nos escritórios de design”.

(Cinema, Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas) e as emergentes (Cibermídia, Cibercultura, Folkcom, Propaganda Política, Comunicação Organizacional, Jornalismo Científico, Economia Política), o que aumenta a atuação profissional no campo.

De qualquer maneira, como coloca Fernandez (2010), tratar da atuação profissional em Comunicação é desafiador, assim como há dificuldade em se saber qual seria a formação adequada para esses profissionais. Tanto que a autora comenta que isso se configura num objeto de estudo complexo.

Para tentar refletir mais sobre essas questões, o próximo tópico apresenta o ensino de Comunicação como prática educacional e uma linha de pesquisa da área.

ENSINO DE COMUNICAÇÃO EM MEIO A ORIENTAÇÕES CURRICULARES

Moura (2017) coloca que a área de Comunicação abrange várias linhas de pesquisa, além de abordagens teóricas e metodológicas que constroem o campo, sendo uma delas o ensino de Comunicação, relacionado à formação das gerações futuras de profissionais e pesquisadores. A autora divide a linha em dois períodos, ligados às regulamentações do MEC: de 1962 a 2002, pela vigência dos currículos mínimos; e a partir de 2003, com as diretrizes curriculares.

Em 1962 e 1965 foram dois os currículos mínimos dos cursos de Jornalismo. O último já trouxe a influência do Ciespal, pois no documento do MEC se comentou que o Jornalismo ampliou sua área de atuação, tanto que se mencionou como atividades relacionadas à profissão o Jornalismo publicitário e as Relações Públicas, numa concepção de “Jornalismo polivalente” (MEC, 1966⁶).

Em 1969, o curso de Comunicação Social apareceu conformado em cinco habilitações: Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Relações Públicas e polivalente. O documento do MEC (1969) fez menção ao histórico do Jornalismo nos Estados Unidos e o prestígio⁷ que conquistou a formação superior no curso à época naquele país, em função da influência norte-americana nas discussões da educação superior no Brasil no período.

⁶ No site do MEC não estão disponíveis os currículos mínimos. Os documentos foram solicitados ao órgão pela autora e recebidos por e-mail.

⁷ Alves (2008) conta que durante muito tempo se criticou haver ensino de Jornalismo nos Estados Unidos, já que se acreditava que o aprendizado acontecia na prática profissional, informação corroborada por Melo (2006). Mesmo sem a exigência do diploma no país, mais de 70% dos jornalistas passam por faculdades de Jornalismo (ALVES, 2008).

Esse currículo também sofreu a influência do Ciespal, trazendo a formação do jornalista ou comunicador polivalente, como se nominou no documento do MEC (1969). O currículo foi elaborado por Celso Kelly, técnico do Ciespal que criou o curso de Comunicação Social, de habilitação polivalente ou das habilitações específicas. Esse profissional poderia atuar nos veículos de comunicação e outras tarefas informativas, como Publicidade e Relações Públicas. Tal entendimento se justificou no relatório porque no mercado de trabalho da época não havia fronteiras entre as diferentes habilitações. Porém, a ideia foi rechaçada pelas escolas brasileiras (MEDITSCH, 1992).

Vale ressaltar, ainda, que o documento inseriu a discussão sobre as Ciências da Comunicação, abordando o mérito da área como tema de investigação científica para além do próprio campo, seja pela antropologia, ciência política, psicologia, sociologia, cibernética ou linguagem. Inclusive, está escrito que uma faculdade própria de Comunicações teria que oferecer mais de duas habilitações (MEC, 1969).

Em 1978, o curso de Comunicação Social ficou sem as habilitações polivalente e de Editoração, mas manteve cinco com a incorporação de Cinematografia e de Rádio e Televisão. No mesmo ano, houve um pedido do Conselho Federal dos Profissionais de Relações Públicas (Conferp) solicitando a transferência da habilitação em Relações Públicas do curso de Comunicação Social para o curso de Administração, mas o relator do pedido considerou serem campos bem diferentes. Ademais, professores e egressos do curso se manifestaram pela manutenção na área de Comunicação, demonstrando uma cisão com a entidade representativa (MEC, 1978).

Em 1984, o último currículo mínimo se aposentou com seis habilitações: Cinema, Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Relações Públicas. O parecer do MEC (1983) referente a esse currículo mencionou as críticas de empresários à existência dos cursos de Comunicação, não considerando necessária tal formação. O documento reafirmou a importância da educação superior na área e explicitou que não ia se pronunciar sobre formação e exercício profissional, entendendo que seria de responsabilidade da regulamentação das profissões.

Destaca-se, ainda, que esse parecer trouxe algumas reflexões bastante contemporâneas sobre educação, valorizando a práxis na Comunicação, entendida como a prática que se volta ao questionamento teórico, realimentando-a; incentiva a flexibilização do ensino; a reflexão crítica; e o trabalho com projetos que evitem a fragmentação do ensino.

Porém, de acordo com Oliveira (1992), o currículo pleno dos cursos em geral não materializou essa intenção, em especial nas instituições particulares. A consequência disso foi uma divisão que resultou numa formação generalista, afastada da atividade profissional, ou uma formação acrítica, sem fundamentação teórica, com uma separação rígida entre tronco comum e profissional, exacerbando ainda mais a divisão entre teoria e prática.

Moura (2001) fez uma classificação desse período dos currículos mínimos em quatro fases. As três primeiras constavam no parecer do MEC (1977) relativo ao penúltimo currículo. A inicial seria clássico-humanística, que compreendeu os currículos dos cursos de Jornalismo, com orientação europeia. A próxima foi científico-técnica, voltando-se à polivalência das profissões; ainda nos anos 1960, já seguindo o modelo norte-americano com uma conotação pragmática, alinhada ao período dessa influência nas políticas educacionais brasileiras.

Em terceiro, a fase crítico-reflexiva (década de 1970), marcada por uma proposta curricular que buscou consultar as instituições de educação superior (IES), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação (Abepec) e teve um estudante representante entre o grupo participante da discussão do currículo. Por fim, Moura (2001) agregou como última fase a de crise de identidade, do último currículo mínimo.

A característica dos currículos dessa época era a indicação de disciplinas com ementas que dividiam parte teórica (tronco comum) e profissional, formatando o currículo e separando a teoria da prática. A questão de se precisar seguir uma estrutura prévia fez com que fossem classificados como currículos tecnicistas e formais (MOURA, 2008).

Durante a vigência do currículo mínimo derradeiro, pesquisa de Moura (2001) já indicava o anseio pela mudança no ensino, em vista das novas configurações do mundo do trabalho na área de Comunicação. As solicitações foram: flexibilização, relação teoria e prática, interdisciplinaridade e diversidade de projetos pedagógicos. A autora também relatou a pressão da área de Jornalismo para se tornar independente da Comunicação Social, o que levou ainda mais de dez anos para se concretizar.

Então, em 2002, surgiram as primeiras diretrizes curriculares⁸ para o curso de Comunicação Social, com seis habilitações: Cinema, Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Relações Públicas. O curso de Comunicação

⁸ Consideradas um referencial para as IES, não elencam disciplinas, mas delineiam o perfil do egresso por meio de competências necessárias ao mundo do trabalho.

Social teria uma formação básica a todos, com o mesmo perfil e competências, independentemente da habilitação. Os egressos continuariam habilitados numa das áreas, mas a graduação era Comunicação Social.

O documento do MEC (2001) também engloba diretrizes curriculares de outros cursos, como Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, e prevê a possibilidade de se implantarem outras habilitações na área de Comunicação.

Em 2006, o curso de Cinema e Audiovisual se tornou autônomo, com diretriz curricular própria, o mesmo acontecendo com os cursos de Jornalismo e Relações Públicas em 2013⁹. A diferença entre esses movimentos é que, no primeiro caso, ainda pode ser uma ênfase ou especialização da Comunicação Social, além da possibilidade da modalidade licenciatura (MEC, 2006).

Conforme consta nos demais (MEC, 2013b, 2013c), existe uma vinculação com a área de Comunicação, mas não se especifica qualquer subordinação. Assim, ambos os documentos mencionam a relação do Jornalismo e das Relações Públicas com a área, mas só no segundo fica explícita na proposta como eixo de formação.

O Quadro 1 mostra a evolução curricular nos cursos.

QUADRO 1 – RESOLUÇÕES CURRICULARES DA ÁREA DE COMUNICAÇÃO

ANO DE IMPLANTAÇÃO	CURSOS
1962	Curso de Jornalismo
1965	Curso de Jornalismo
1969	Curso de Comunicação Social com habilitação polivalente ou com habilitações em Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas
1978	Curso de Comunicação Social com habilitações em Cinematografia, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Rádio e Televisão e Relações Públicas
1984	Curso de Comunicação Social com habilitações em Cinema, Jornalismo, Produção Editorial, Publicidade e Propaganda, Radialismo e Relações Públicas
2002	Curso de Comunicação Social com habilitações em Cinema, Editoração, Jornalismo, Publicidade e Propaganda, Radialismo, Relações Públicas, ou outras habilitações pertinentes ao campo da Comunicação
2006	Curso de Cinema e Audiovisual
2013	Curso de Jornalismo
	Curso de Relações Públicas

FONTE: elaborado pela autora (2019)

⁹ As diretrizes curriculares para os cursos de Publicidade e Propaganda e de Rádio, TV e Internet ainda estão com discussões em andamento.

Para Kunsch (2015, p. 34), as recentes diretrizes curriculares dos cursos

[...] sinalizaram inequivocamente a substituição dessas habilitações de Comunicação Social, que passaram a ser então consideradas cursos de graduação, tanto para a avaliação no âmbito nacional quanto para efeito de autorização de reconhecimento e renovação de reconhecimento.

[...]

Faces às muitas controvérsias levantadas com o fato de que esses cursos deixem de ser nomeados de “Comunicação Social”, é importante destacar que a Comunicação continua a ser a grande área de conhecimento e dela os cursos fazem parte, assim como acontece com as demais áreas das outras ciências. Ocorre que, com o crescimento de novos campos do saber, é muito natural e salutar essa evolução e esse fortalecimento de campos específicos. Basta verificar a diversidade, por exemplo, dos cursos de Engenharia, Medicina etc. [...]

A autora explica que a separação entre curso e habilitação a partir das últimas diretrizes deu origem a cursos autônomos de graduação, mas ainda vinculados à área de Comunicação, a semelhança de cursos de outros campos do conhecimento, na área de Engenharia ou na área de Saúde.

Por fim, na sequência, exploram-se questões contemporâneas em curso no campo, advindas dessas mudanças curriculares, que acarretam alterações nos PPCs das diferentes IES, resultando num momento de transição a ser investigado nos próximos anos.

QUESTÕES ATUAIS

Como os cursos da área de Comunicação se constituíram a partir da atuação profissional há relação entre a formação e o mundo do trabalho nesse campo. As diretrizes curriculares vinculadas aos cursos engendram o perfil profissional dos egressos nos projetos pedagógicos das IES, o que é importante para se conhecer as características de formação e possibilidades de atuação (FERNANDEZ, 2010).

A implantação das diretrizes e o exercício profissional fazem parte do debate atual no ensino de Comunicação, de acordo com Moura (2017). Além deles, os desafios da formação no contexto contemporâneo, a não-obrigatoriedade do diploma de jornalista para atuação profissional e as novas identidades profissionais emergentes completam as discussões.

A relação entre a formação na área de Comunicação e o mundo do trabalho foi investigada inicialmente por Lopes (1998), como aponta Romancini (2016). Inclusive, os resultados do estudo fizeram parte de um projeto sobre o campo profissional de Comunicação na América Latina, coordenado pela Federación Latinoamericana de

Faculdades de Comunicação Social (Felafacs). Aspectos do mundo do trabalho e suas relações com a educação superior, incluindo avaliações dos egressos foram contemplados pelo trabalho.

Segundo Moura (2017), o estudo de Lopes (1998) é uma referência na área e o assunto continua fazendo parte das pesquisas do grupo que o originou, o Centro de Estudos do Campo da Comunicação (Cecom-USP), sendo o interesse pela investigação sobre a formação em Comunicação pelo grupo estar inserido no

[...] extraordinário aumento das escolas de Comunicação [o que] torna indispensável a permanente análise das tendências do ensino e do conceito de formação no campo da Comunicação, bem como dos projetos acadêmicos e curriculares que, particularmente entre nós, têm sofrido muitas alterações. Essa formação tem seu eixo básico no complexo binômio dos conteúdos acadêmicos e profissionalizantes, o que enseja experiências curriculares diversas, principalmente após a extinção do currículo mínimo pela LDB [Lei de Diretrizes e Bases]. (ROMANCINI, 2016, p. 63-64)

Assim, Kunsch (2015) aborda a necessidade de se revisitar constantemente o projeto pedagógico de um curso, em função das dinâmicas de transformação social em que se vive. A autora afirma que o mundo contemporâneo não aceita mais um projeto pedagógico ideal derivado de diretrizes curriculares como maneira de se formar o profissional da área de Comunicação, na verdade na concepção dos currículos mínimos.

De acordo com Schiavoni (2007, p. 116-117), um profissional de Comunicação não é alguém regulamentado por lei, “[...] mas a soma de um amplo espectro de conhecimentos, absolutamente necessários para o desenvolvimento de uma estratégia de comunicação e para sua implantação, com o uso das mais variadas ferramentas e com a necessária dose de talento”.

No panorama atual em que as relações de trabalho foram substancialmente alteradas, o profissional da área deve conseguir se inserir no mundo globalizado e saber conviver em cenários mutantes e complexos, orienta Kunsch (2007). Hoje a Comunicação nas organizações, por exemplo, tem novas exigências, como a geração de valor (identidade, imagem, reputação), questões envolvendo a sustentabilidade e a diversidade.

Como coloca Oliveira (2008), o profissional precisa desenvolver espírito colaborativo e capacidade crítica, manter o diálogo com a sua área e as outras da organização, estando em aprendizado constante. Paulino (2011, p. 109) conclui que

O mercado de trabalho para o comunicador [...] Requer um profissional com habilidades em multiplataformas, com destreza no uso da língua e das linguagens [...] no uso de ferramentas para navegação na Internet e maturidade

intelectual [...]. Exige noções de marketing e de administração, visto que a concorrência é grande; as empresas estão em constante processo de adaptação ao ritmo de fusões e incorporações [...]; e a carreira é de responsabilidade integral do profissional. [...].

Para tanto, deve-se explorar a capacidade da formação superior de promover reflexão, proporcionando aos estudantes condições de exercitá-la, entendendo a prática como instância para se repensar a teoria. O egresso deve conseguir integrar os conhecimentos na atuação profissional. Nessa visão,

[...] desenvolver princípios de uma formação mais abrangente centrada na condição humana, torna-se necessário diferenciar, sem preconceitos, o papel e o espaço dos ambientes acadêmico e profissional na formação do estudante, entendendo a importância de cada um e a necessidade de articulá-los, a partir de suas diferenças. [...]. (OLIVEIRA, 2008, p. 54)

Mais à frente no texto, Oliveira (2008, p. 56) afirma que “[...] a universidade tem de se preocupar com a preparação de profissionais para atuarem no mundo do trabalho, mas nunca na perspectiva de adestramento, que reforça a idéia [sic] de uma formação referendada pela repetição do que já é praticado”.

A possibilidade é que a educação superior seja lugar de formar profissionais que ajudem a modificar o que não agrada no mundo do trabalho, numa visão de “[...] formação de cidadãos que, dotados de pensamento crítico e com o foco voltado para o interesse público, sejam os agentes de uma práxis transformadora. [...]” (LOPES, 2018, p. 17), indo além do pensamento hegemônico do mercado, para abrir novos espaços de atuação ou trazer outras concepções a ele. Esse é um legado a ser compartilhado com os egressos.

Como exemplo, Meditsch (2015, p. 89) comenta a oportunidade dos cursos (aqui se manifestando sobre os de Jornalismo) de não formar só empregados para o setor produtivo público ou privado, porém profissionais “[...] autônomos e para o empreendimento de novos projetos autossustentáveis, com ou sem fins lucrativos. [...] é um momento extraordinário de oportunidades abertas neste sentido, de que a universidade não pode deixar de participar”. Afinal, a educação superior na área de Comunicação também precisa refletir sobre suas práticas, como provoca Trindade (2018, p. 61):

O campo da comunicação como um todo vive na empiria, isto é, na sua práxis do senso comum educacional, as questões da formação docente e discente trabalhada no eixo dicotômico da teoria versus prática, sem conhecer subcampos da educação fundamentais ao estabelecimento de políticas diretrizes de formação. O currículo, por exemplo, é visto só como estrutura de disciplinas ou grade, não como um campo de reflexão de formação de sujeitos. A didática é vista por uma concepção instrumental de usar técnicas facilitadoras da

aprendizagem e não como um campo da educação que faz pensar as lógicas dos processos de ensino e aprendizagem, frente às políticas de formação possíveis.

Em função das discussões sobre as últimas diretrizes curriculares para os cursos da área de Comunicação, essas reflexões podem ganhar mais espaço, em especial por conta das reformulações que vem sendo realizadas nos PPCs para um novo perfil de futuros egressos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, R. C. Avaliação da qualidade de cursos de Jornalismo e Comunicação: a experiência nos Estados Unidos (1945-2005). In: MOREIRA, S. V.; VIEIRA, J. P. D. (Orgs.). **Comunicação: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 75-93.
- FERNANDEZ, A. F. Tendências ocupacionais e profissionais. In: CASTRO, D.; MELO, J. M.; CASTRO, C. (Orgs.). **Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3, p. 63-172. Disponível em: <<http://www.socicom.org.br/pdfs/panorama-2010-3.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- FERRARI, M. A. A prática das Relações Públicas no cenário brasileiro e latino-americano. In: GRUNIG, J. E.; FERRARI, M. A.; FRANÇA, F. **Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos**. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2011. p. 197-246.
- GOBBI, M. C. Panorama da produção de conhecimento em Comunicação no Brasil. In: CASTRO, D.; MELO, J. M.; CASTRO, C. (Orgs.). **Panorama da Comunicação e das telecomunicações no Brasil**. Brasília: Ipea, 2010. v. 3, p. 15-61. Disponível em: <<http://www.socicom.org.br/pdfs/panorama-2010-3.pdf>>. Acesso em: 28 dez. 2018.
- INEP. **Manual para classificação dos cursos de graduação e sequenciais** – Cine Brasil 2018. Natal, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2V9LPc7>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- INTERCOM. **Entidades discutem classificação de cursos em audiência no Inep/MEC**, 30 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2tR6Ddm>>. Acesso em: 10 jan. 2019.
- KUNSCH, M. M. K. Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação de Relações Públicas: aportes conceituais e práticos para sua implantação. In: ALMEIDA, F. F.; SILVA, R. B.; MELO, M. B. M. (Orgs.). **O ensino de Comunicação frente às Diretrizes Curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015. p. 20-44.
- _____. Perspectivas e desafios para as profissões de Comunicação no terceiro milênio. In: _____ (Org.). **Ensino de Comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional**. São Paulo: ECA-USP : Intercom, 2007. p. 87-101.
- LOPES, M. I. V. (Coord.). **Campo profissional e mercados de trabalho em Comunicação no Brasil**. São Paulo: Nupem-ECA/USP, 1998.
- _____. O campo da Comunicação: sua constituição, desafios e dilemas. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n. 30, p. 16-30, ago. 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/2VsRYWd>>. Acesso em: 28 dez. 2018.

LOPES, R. S. Diploma universitário: a necessidade de uma formação cidadã e crítica para o exercício da profissão. In: PEREIRA, A.; BASTOS, R. (Orgs.). **Ensicom**: reflexões sobre o ensino de Comunicação no Brasil. São Paulo: Intercom, 2018. p. 13-19.

MEC. **Documenta 50**. Rio de Janeiro, abr. 1966. p. 69-70.

_____. **Documenta 105**. Rio de Janeiro, set. 1969. p. 99-117.

_____. **Documenta 198**. Brasília, maio 1977. p. 44-55.

_____. **Documenta 206**. Brasília, jan. 1978. p. 89-99.

_____. **Documenta 274**. Brasília, out. 1983. p. 81-109.

_____. **Nota Técnica n. 392/2013**. Atuação dos conselhos profissionais, 2013a. Disponível em: <<https://bit.ly/2V75sS9>>. Acesso em: 11 fev. 2019.

_____. **Parecer CNE/CES n. 39/2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Jornalismo, 2013b. Disponível em: <<https://bit.ly/2EFm5yo>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. **Parecer CNE/CES n. 85/2013**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Relações Públicas, 2013c. Disponível em: <<https://bit.ly/2VGamX>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. **Parecer CNE/CES n. 492/2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

_____. **Resolução n. 10**, de 27 de junho de 2006 – Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Cinema e Audiovisual e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_06.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

MEDITSCH, E. A aplicação das novas diretrizes curriculares: oportunidade para o reencontro do ensino de Jornalismo com o que foi perdido em sua história. In: ALMEIDA, F. F.; SILVA, R. B.; MELO, M. B. M. (Orgs.). **O ensino de Comunicação frente às diretrizes curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015. p. 64-103.

_____. Adeus, Ciespal: ruptura brasileira no ensino de Jornalismo. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **O ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas futuras**. São Paulo: Abecom : ECA/USP, 1992. p. 198-206.

MELO, J. M. A batalha da qualidade no ensino de Comunicação: novos (antigos) desafios. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Ensino de Comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional**. São Paulo: ECA-USP : Intercom, 2007. p. 33-41.

_____. Modernidade ou anacronismo? Dilema do ensino de Comunicação nos anos 90. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **O ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas futuras**. São Paulo: Abecom : ECA/USP, 1992. p. 60-69.

_____. O campo acadêmico da Comunicação: história concisa. In: _____ (Org.). **Pedagogia da Comunicação: matrizes brasileiras**. São Paulo: Angellara, 2006. p. 13-27.

MOURA, C. P. A pesquisa em Comunicação: o elo entre graduação e pós-graduação. In: MOREIRA, S. V.; VIEIRA, J. P. D. (Orgs.). **Comunicação: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 95-123.

_____. Curso de Comunicação Social no Brasil: do currículo mínimo às novas diretrizes curriculares. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 8, n. 14, p. 57-65, abr. 2001. Disponível em: <<https://bit.ly/2VPsqBW>>. Acesso em: 5 dez. 2018.

_____. Ensino de Comunicação: um estudo sobre os grupos de pesquisa no Brasil. **Revista da ALAIC**, v. 14, n. 27, p. 68-85, 2017. Disponível em: <<https://www.alaic.org/revista/index.php/alaic/article/viewFile/1058/518>>. Acesso em: 6 dez. 2018.

OLIVEIRA, I. L. Currículo, um obstáculo? A autonomia curricular nos cursos de Comunicação. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **O ensino de Comunicação: análises, tendências e perspectivas futuras**. São Paulo: Abecom : ECA/USP, 1992. p. 182-186.

_____. Formação acadêmico-profissional em ambiente de mudanças: desafios pedagógicos. In: MOREIRA, S. V.; VIEIRA, J. P. D. (Orgs.). **Comunicação: ensino e pesquisa**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008. p. 51-63.

PAULINO, R. A. F. Perfil sociocultural dos comunicadores: conhecendo quem produz a informação publicitária. In: CASAQUI, V.; LIMA, M. C.; RIEGEL, V. (Orgs.). **Trabalho em Publicidade e Propaganda**. São Paulo: Atlas, 2011. p. 75-110.

PRATA, N. Diretrizes curriculares para os cursos de Rádio, TV e Internet. In: ALMEIDA, F. F.; SILVA, R. B.; MELO, M. B. M. (Orgs.). **O ensino de Comunicação frente às diretrizes curriculares**. São Paulo: Intercom, 2015. p. 104-146.

ROMANCINI, R. Cecom: marcos de uma trajetória no estudo do campo da Comunicação. In: MOURA, C. P.; LOPES, M. I. V. (Orgs.). **Pesquisa em Comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 59-72.

SCHIAVONI, J. L. Comunicação corporativa: profissão do futuro. In: KUNSCH, M. M. K. (Org.). **Ensino de Comunicação: qualidade na formação acadêmico-profissional**. São Paulo: ECA-USP : Intercom, 2007. p. 113-123.

SCHMIDT, L. R.; KULAK, S. M. ComDesign: caminhos para a aproximação entre Comunicação e Design. In: PEREIRA, A.; BASTOS, R. (Orgs.). **Ensicom: reflexões sobre o ensino de Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2018. p. 65-78.

SOCICOM. **Manifestação da Socicom e entidades científicas e acadêmicas de Comunicação referente à proposta do Manual para classificação dos cursos de graduação e sequenciais**. São Paulo, 9 out. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2C8LUX7>>. Acesso em: 10 jan. 2019.

TRINDADE, E. Três dimensões para pensar a formação em Publicidade na contemporaneidade. In: PEREIRA, A.; BASTOS, R. (Orgs.). **Ensicom: reflexões sobre o ensino de Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2018. p. 55-64.

ZAPATA, J. **Começando, trinta anos depois do início!** O Parlamento Nacional de Relações Públicas como fonte para determinar incertezas e problemas da profissão. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Escola de Comunicações e Artes, Ciências da Comunicação, São Paulo, 1998.

ZUCOLOTO, V. O profissional de Jornalismo no Brasil contemporâneo – Trajetória, atuação e necessidades da e para formação. In: ALMEIDA, F. F.; CARRILHO, K.; BASTOS, R. (Orgs.). **Realidades e perspectivas do ensino de Comunicação no Brasil – Fórum Ensicom**. São Paulo: Intercom, 2017. p. 100-115.